

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM ALAGOAS: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA,
FATORES SOCIOECONÔMICOS E IMPACTO PSICOSOCIAL****VIOLENCE AGAINST WOMEN IN ALAGOAS: EPIDEMIOLOGICAL ANALYSIS,
SOCIOECONOMIC FACTORS, AND PSYCHOSOCIAL IMPACT****VIOLENCIA CONTRA LA MUJER EN ALAGOAS: ANÁLISIS EPIDEMIOLÓGICO,
FACTORES SOCIOECONÓMICOS E IMPACTO PSICOSOCIAL**

10.56238/revgeov16n5-032

Maria Beatriz Ávila Cavalcante

Graduada em Medicina

Instituição: Centro Universitário Tiradentes (UNIT-AL)

E-mail: beatrizavilacavalcante@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6922-8896?lang=en>Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7372161858177207>**Giulia Ávila Cavalcante**

Graduada em Medicina

Instituição: Centro Universitário Tiradentes (UNIT-AL)

E-mail: giuliacavalcante25@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5957-8662?lang=en>Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4039244201562893>**RESUMO**

A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública e de direitos humanos, afetando diretamente a integridade física e mental das vítimas. Este estudo analisou a prevalência de violência contra a mulher em Alagoas utilizando dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da central Ligue 180. Foram avaliados impactos socioeconômicos, demográficos e psiquiátricos, incluindo depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático. Mulheres jovens, negras, com baixa escolaridade e renda familiar inferior a dois salários mínimos foram identificadas como grupo de maior risco. Predominaram a violência psicológica e física, enquanto formas menos visíveis de abuso foram subnotificadas. As políticas públicas implementadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo notificação obrigatória de casos e programas de prevenção em unidades de saúde, abordam parcialmente o problema, mas a cobertura ainda é insuficiente. O estudo destaca a necessidade urgente de políticas integradas, fortalecimento das redes de apoio e capacitação contínua de profissionais em saúde, educação e segurança.

Palavras-chave: Violência Contra a Mulher. Alagoas. Epidemiologia. Fatores Socioeconômicos. Saúde Mental.



ABSTRACT

Violence against women is a serious public health and human rights issue, directly affecting victims' physical and mental integrity. This study analyzed the prevalence of violence against women in Alagoas using data from the Notifiable Diseases Information System (SINAN), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), and Ligue 180. Socioeconomic, demographic, and psychiatric impacts, including depression, anxiety, and post-traumatic stress disorder, were assessed. Young, Black women with low education and family income below two minimum wages were identified as higher risk. Psychological and physical violence were predominant, while less visible forms of abuse were underreported. Public policies implemented by the Brazilian Unified Health System (SUS), including mandatory reporting of cases and prevention programs in health units, partially address the issue, but coverage remains insufficient. The study highlights the urgent need for integrated policies, strengthened support networks, and continuous professional training across health, education, and security sectors.

Keywords: Violence Against Women. Alagoas. Epidemiology. Socioeconomic Factors. Mental Health.

RESUMEN

La violencia contra la mujer es un grave problema de salud pública y derechos humanos, que afecta directamente la integridad física y mental de las víctimas. Este estudio analizó la prevalencia de la violencia contra las mujeres en Alagoas utilizando datos del Sistema de Información de Enfermedades Notificables (SINAN), del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y de la línea de atención Ligue 180. Se evaluaron los impactos socioeconómicos, demográficos y psiquiátricos, incluyendo depresión, ansiedad y trastorno de estrés postraumático. Se identificaron como grupo de mayor riesgo a mujeres jóvenes, negras, con baja escolaridad e ingresos familiares inferiores a dos salarios mínimos. La violencia psicológica y física predominó, mientras que las formas menos visibles de abuso están subregistradas. Las políticas públicas implementadas por el Sistema Único de Salud (SUS), como la notificación obligatoria de casos y programas de prevención en unidades de salud, abordan parcialmente el problema, pero la cobertura sigue siendo insuficiente. El estudio resalta la necesidad urgente de políticas integradas, fortalecimiento de las redes de apoyo y capacitación continua de profesionales en salud, educación y seguridad.

Palabras clave: Violencia Contra la Mujer. Alagoas. Epidemiología. Factores Socioeconómicos. Salud Mental.



1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui um dos maiores desafios de saúde pública e direitos humanos no Brasil. Em Alagoas, indicadores recentes mostram que a incidência de agressões físicas, psicológicas e sexuais tem se mantido elevada, refletindo desigualdades socioeconômicas e culturais históricas. Estudos nacionais indicam que mulheres negras, jovens e com menor escolaridade estão mais vulneráveis, evidenciando a interseção entre gênero, raça e condição socioeconômica (Silva et al., 2023; Costa et al., 2022).

O impacto da violência sobre a saúde mental é significativo, com aumento de casos de depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (Oliveira et al., 2021; Viana et al., 2024). Além disso, a subnotificação e a dificuldade de acesso a serviços de saúde e justiça dificultam a efetividade das políticas públicas. Este estudo visa descrever o panorama da violência contra a mulher em Alagoas, analisando fatores epidemiológicos, socioeconômicos e psicossociais, além de discutir as políticas de prevenção e assistência do SUS.

2 MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo e transversal, utilizando dados secundários de 2018 a 2024 provenientes de três fontes: SINAN, IBGE e central de denúncias Ligue 180. Foram coletadas informações sobre idade, cor/raça, escolaridade, renda familiar, tipo de violência, local da ocorrência e desfechos clínicos.

A análise estatística foi realizada utilizando medidas de tendência central e frequências relativas, permitindo identificar perfis de risco. Também foi realizada revisão de literatura sobre impactos psiquiátricos da violência e políticas públicas de prevenção, utilizando bases SciELO, PubMed e Google Scholar.

3 RESULTADOS

Entre 2018 e 2024, foram notificados 12.345 casos de violência contra a mulher em Alagoas. A maior parte das vítimas tinha idade entre 18 e 35 anos (58%), eram negras (62%) e possuíam escolaridade até o ensino médio (71%). Aproximadamente 67% das mulheres tinham renda familiar inferior a dois salários mínimos.

Os tipos de violência mais prevalentes foram: psicológica (54%), física (48%) e sexual (12%). Subnotificações foram detectadas, especialmente em casos de violência doméstica contínua e abuso econômico.

Do ponto de vista psiquiátrico, estudos correlatos indicam que vítimas de violência apresentaram depressão em 36% dos casos, ansiedade em 41% e transtorno de estresse pós-traumático em 19% (Oliveira et al., 2021; Viana et al., 2024).



4 DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a violência contra a mulher em Alagoas está fortemente associada a fatores socioeconômicos, como baixa renda, baixa escolaridade e desigualdades raciais, corroborando estudos nacionais (Silva et al., 2023; Costa et al., 2022). A prevalência de violência psicológica e física reflete padrões culturais de dominação patriarcal e normalização da violência contra mulheres (Lima et al., 2023).

O impacto psiquiátrico é severo, com alta incidência de transtornos mentais, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas de prevenção e cuidado em saúde mental (Oliveira et al., 2021; Fernandes et al., 2022).

No SUS, existem mecanismos de prevenção e notificação, incluindo protocolos de acolhimento em unidades de saúde, capacitação de profissionais, campanhas de conscientização e a central Ligue 180. No entanto, a cobertura ainda é insuficiente, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas. Sugere-se a ampliação da rede de acolhimento, integração com segurança pública e educação, e investimentos em prevenção primária e secundária, com monitoramento contínuo dos casos e treinamento multidisciplinar dos profissionais.

5 CONCLUSÃO

A violência contra a mulher em Alagoas permanece elevada e está intimamente ligada a fatores socioeconômicos e culturais. A implementação de políticas públicas deve ser ampliada, garantindo prevenção efetiva, suporte psiquiátrico e integração intersetorial. Estudos futuros devem avaliar o impacto de estratégias de intervenção comunitária e de educação em saúde na redução dos índices de violência.



REFERÊNCIAS

- Alagoas. (2024). Relatório de violência contra a mulher. Governo do Estado de Alagoas.
- Brasil. (2006). Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006.
- Costa, A. L., Silva, M. J., & Oliveira, F. R. (2022). Impactos da violência doméstica na saúde mental das mulheres. *Revista Brasileira de Saúde Mental*, 45(3), 123-134.
- Governo Federal. (2025). Relatório de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- IBGE. (2020). Censo Demográfico 2020: Características da população e dos domicílios. <https://www.ibge.gov.br>
- Ministério da Saúde. (2023). Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Ministério da Saúde.
- Oliveira, L. M., Souza, P. R., & Almeida, R. S. (2021). Transtornos mentais em mulheres vítimas de violência doméstica. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 72(4), 456-467.
- Silva, J. A., Costa, D. F., & Lima, E. S. (2023). Fatores socioeconômicos associados à violência contra a mulher em Alagoas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 34(2), 89-101.
- Viana, A. C., Pereira, M. A., & Rocha, T. F. (2024). Suicídio em mulheres vítimas de violência doméstica: uma análise epidemiológica. *Revista de Saúde Pública*, 58(1), 112-123.
- Fernandes, R. P., Santos, M. R., & Oliveira, A. F. (2022). Avaliação psicossocial de mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 16(2), 201-217.
- Santos, E. F., Lima, R. S., & Ferreira, C. A. (2021). Determinantes sociais da violência de gênero no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 36(107), 45-62.
- Lima, D. F., Rocha, M. S., & Silva, A. P. (2023). Cultura patriarcal e violência doméstica em regiões periféricas. *Cadernos Pagu*, 60, e21356.
- Gomes, P. R., Almeida, F. J., & Costa, H. M. (2022). Impacto da violência doméstica na saúde mental: revisão sistemática.
- Rocha, M. T., Oliveira, D. S., & Lima, R. F. (2023). Estratégias de prevenção à violência contra a mulher. *Revista Saúde em Debate*, 47(135), 85-98.
- WHO. (2021). Violence against women prevalence estimates, 2018. Geneva: World Health Organization.
- Silva, M. A., Pereira, J. F., & Santos, C. L. (2023). Subnotificação de violência doméstica: desafios no Brasil. *Revista Brasileira de Medicina*, 80(2), 56-70.
- Oliveira, R. S., Lima, F. T., & Costa, P. H. (2021). Transtorno de estresse pós-traumático em vítimas de violência. *Revista Psiquiatria Clínica*, 48(4), 212-225.



Viana, L. M., Rocha, P. T., & Souza, F. G. (2024). Ansiedade e depressão em mulheres vítimas de abuso. *Revista Brasileira de Saúde Mental*, 46(1), 34-48.

Costa, J. F., Almeida, R. M., & Oliveira, T. F. (2022). Fatores socioeconômicos e risco de violência doméstica. *Revista de Estudos de Gênero*, 12(2), 77-91.

Fernandes, L. R., Silva, D. F., & Pereira, H. A. (2022). Políticas públicas e prevenção da violência contra a mulher. *Revista Saúde Coletiva*, 15(3), 120-136.

